

POLÍTICA

Constituinte

As 24 subcomissões da Constituinte entregaram ontem seus anteprojetos e está contido nesses documentos o arcabouço da futura Constituição. Mas muitas batalhas ainda serão travadas no plenário.

Um esboço pronto

1 Um tribunal que pode até anular os atos do governo

O Brasil passará a ter um Tribunal Constitucional que terá competência para declarar a inconstitucionalidade de normas de administração. Na prática, significará o seguinte: se o Estado não puder prestar um serviço essencial, como saneamento básico, a uma comunidade, também não poderá tocar obras de vulto, a exemplo da ferrovia Norte-Sul, pois a desculpa de falta de recursos será inconstitucional.

Esta é uma das propostas mais avançadas aprovadas pela Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. Segundo o relator, deputado Lyssane Maciel (PDT-RJ), os conflitos de jurisdição que envolveram um outro tribunal aprovado, o das Garantias Constitucionais, serão dirimidos pelo Congresso Nacional.

A subcomissão também aprovou a iniciativa popular para leis ordinárias e constitucionais; o direito de votar e ser votado para todos os escalões militares; o voto facultativo para menores entre 16 e 18 anos; e a imprescritibilidade do abuso do poder econômico e dos crimes eleitorais até seis meses após a diplomação parlamentar.

Também ficou decidida a anistia ampla com ressarcimento de direitos e vantagens para civis e militares, a ampliação da ação popular, e a possibilidade de ser impetrado mandado de segurança com alcance não apenas sobre as pessoas físicas, mas também sobre as jurídicas.

A tortura foi declarada crime não suscetível de anistia; surgiu a ampliação do direito dos refugiados; e a subcomissão, além de garantir a liberdade de associação, estendeu o princípio da inviolabilidade do domicílio às sedes dos sindicatos e ao campus universitário, dentre outras associações. Finalmente, proibiu o monopólio da informação, estabeleceu a gratuidade do registro civil, e ampliou as funções do defensor do povo.

O estado exercerá soberania política e econômica permanente sobre todos os recursos naturais do seu território ou criados pelo povo, e a defesa do princípio caberá ao povo, de modo geral, e às Forças Armadas, em particular. Este foi um dos dispositivos aprovados pela Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, que teve como relator o deputado João Hermann (PMDB-SP).

Com a perspectiva do parlamentarismo, a subcomissão estabeleceu que o cargo de primeiro-ministro será exclusivo de brasileiros natos, além dos demais consagrados na carta atual. No capítulo das relações internacionais, foi aprovada a coexistência pacífica consoante os princípios da ONU, bem como a participação do País junto aos organismos multilaterais, de forma a favorecer a codificação progressiva do direito internacional e os movimentos de promoção dos direitos humanos.

2 Educação gratuita e preservação da cultura popular

O relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), apresentará seu substitutivo aos anteprojetos elaborados pelas três subcomissões que compõem este grupo, na próxima semana. Os trabalhos da comissão deverão estar esgotados no prazo de 20 dias e um dos pontos que deverá gerar grande polémica é a questão da criação do Conselho Nacional de Comunicação, rejeitada na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Na primeira reunião realizada por esta comissão, na manhã de ontem, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que foi relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, voltou a insistir na necessidade de se reverter a votação do Conselho Nacional de Comunicação, que, segundo ela, "foi vítima de deliberada fraude". O recurso para que o conselho seja novamente integrado à Constituinte já foi encaminhado pela deputada ao presidente da comissão senador Marcondes Gadelha (PFL-PB).

O anteprojeto da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso reconhece a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, para efeito de proteção do Estado, proíbe qualquer tipo de discriminação contra filhos nascidos fora do casamento, e considera crimes punidos na forma da lei quaisquer atos que envolvam agressões físicas e psicológicas nas relações familiares.

No capítulo do menor, fica estabelecida o direito à educação gratuita às crianças de até seis anos, em instituições especializadas, e a garantia a todas as crianças de assistência social, sendo ou não seus pais contribuintes do Sistema Previdenciário.

Ao idoso, o anteprojeto garante a aposentadoria aos 60 anos para a mulher e aos 65 anos para os homens, se assim o desejarem, e assegura proventos mensais vitalícios, não inferiores a um salário mínimo, aos não amparados pela previdência, além de estabelecer finalmente que o cônjuge viúvo, ao contrair novas núpcias, não perderá os direitos previdenciários adquiridos.

As vinte e quatro subcomissões em que se dividia a Constituinte terminaram ontem seu trabalho: foram entregues os pareceres às oito Comissões Temáticas, que englobarão, cada uma, três subcomissões, que, por isso, a partir de hoje, são declaradas extintas.

Tudo será revisado e submetido a uma nova votação, nesta nova parte do processo, com prazo previsto até 15 de junho. Nesta data, deverão ser encaminhados à Comissão de Sistematização todas as conclusões, para que seus integrantes passem a conciliar os textos, emprestando-lhes uniformidade.

A última etapa será realizada pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que votará todas as propostas finais, duas vezes. Aparentemente serão votadas em blocos as sugestões óbvias, sobre as quais não se registraram divergências. Mas para cada artigo poderá haver pedido de destaque, ou seja, votação em separado, o que determinará uma nova remessa à comissão de sistematização e, outra vez, votação em plenário.

Enquanto isso, os líderes do bloco dos moderados na Assembléia Nacional Constituinte estão fazendo um levantamento de seus possíveis integrantes, de acordo com os votos emitidos nas subcomissões. Só depois de tal avaliação, se organizarão oficialmente.

A informação é do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) que está recebendo, ainda, sugestões para elaboração de um programa comum, a ser assinado por senadores e deputados. Ontem, quem lhe enviou sua proposta nesse sentido foi o líder do PDS, Amaral Neto e o vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira.

Amaral não quis revelar seu documento dizendo: "Deixe tudo com o Cardoso Alves".

O parlamentar paulista divulgou ontem novas "sugestões para exame e aprimoramento" que ampliam as propostas do grupo, abrangendo questões de saúde, habitação, proteção às micro, pequena e média empresas nacionais e ao artesanato. No geral, porém, permanecem — segundo ele — as diretrizes no sentido de "reafirmação do princípio da liberdade, fundamento do Estado democrático de direito, exigido pelo povo, sob a primazia do Poder Civil; combate ao excesso de estatização, não se permitindo ao Estado que avance além da atividade estatal e da preservação do bem comum, a não ser para suprir as deficiências dos particulares e assistência aos marginalizados; e entrega ao governo de instrumentos capazes de resolver os grandes problemas nacionais: a marginalização de milhões de compatriotas, o déficit público, a inflação, os juros extorsivos e as dívidas interna e externa, entre outros".



Economia: Delfim e Campos.



Trabalho: D. Luciano e Britto.



Família: Mendes Ribeiro e Távola.

3 No final, duas propostas com 5 anos para Sarney.

O mandato dos presidentes da República será de 5 anos, e o pleito será direto, em dois turnos, se não for alcançada a maioria absoluta na primeira votação. Fica extinto o cargo de vice-presidente, e no caso do chefe do governo se ausentar do País ou houver vacância do cargo, o substituto será o presidente da Câmara, do Senado ou do Conselho de Ministros, nesta ordem. O regime a ser implantado com a nova Constituição será o presidencialista misto, com o primeiro-ministro e os ministros indicados pelo presidente, que é o responsável pelo Poder Executivo.

Estas são as principais definições para a Organização do Poder Executivo, de acordo com o parecer final da subcomissão, aprovado na manhã de sábado pelo presidente Alberico Filho (PMDB-MA). Outro tema polêmico, decidido em favor das pretensões da maioria da subcomissão, alterou o relatório original do senador José Fogaça (PMDB-RS), ficando estabelecido que os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e o chefe do Gabinete Civil serão indicados pelo presidente — e, por isso, não estão sujeitos a moção de desconfiança do Congresso. Os demais ministros individualmente ou no conjunto, assim como o primeiro-ministro, poderão ser destituídos por moção de desconfiança aprovada por um terço da Câmara.

Enquanto isso, em votação que terminou às 23h58 (quando o prazo final era meia-noite) também a subcomissão do Sistema Eleitoral definiu-se pelo mandato de cinco anos para o presidente atual, enquanto os demais cargos eletivos terão duração de quatro anos. A fixação do prazo de cinco anos para Sarney está nas disposições transitórias, onde se estabelece (segundo proposta do deputado Saulo Queiroz, do PFL-MG) que o mandato do presidente Sarney termina em 31 de dezembro de 1989. Proposta aprovada por 11 votos contra 8.

A subcomissão de Organização do Poder Executivo decidiu também que a Justiça Militar, com a promulgação da nova Constituição, tratará apenas do julgamento de militares incurso em crimes de natureza militar, e não mais julgará civis — uma vitória do relator, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

O parecer da subcomissão do Poder Legislativo buscou restabelecer as prerrogativas perdidas durante o período autoritário: o Congresso passa a participar da elaboração do orçamento da União, com poder de emenda, e as comissões técnicas ficam capacitadas a dar parecer final sobre projetos de lei do governo e dos parlamentares, indo a plenário apenas matérias polêmicas. O parecer determina

ainda o fim do jeton pago aos parlamentares pelo comparecimento às sessões, e durante o período de recesso funcionará uma comissão especial para receber projetos de urgência do governo.

De acordo com a proposta a ser apreciada agora pela Comissão de Organização do Estado, o cidadão comum poderá apresentar projetos de lei ou emenda constitucional desde que reúna determinado número de assinaturas, ainda não fixado, bem como moção de inconstitucionalidade de leis ou emendas consideradas prejudiciais ao interesse da sociedade. Caberá ao Senado, nos termos da proposta, aprovar a indicação do governo sobre os ministros do STF, TCU, tribunais superiores, procurador-geral da República e diretores do Banco Central.

4 Menos estatização, juro sem tabela: vitórias da dupla Dornelles-Serra.

Uma "dobradinha" perfeita entre o presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o ex-ministro Francisco Dornelles, e o seu relator, José Serra, influenciou fortemente os anteprojetos produzidos pelas três subcomissões subordinadas. Dornelles e Serra, atuando sobre os membros do PMDB, PFL, PL e PDT, conseguiram, com apoio de grupos liberais e conservadores, reduzir as intenções estatizantes de boa parte dos participantes das discussões e impediram, por exemplo, o tabelamento dos juros reais em 12% ao ano, proposto por Fernando Gasparian (PMDB/SP), relator da Subcomissão do Sistema Financeiro.

O melhor exemplo da dobradinha Dornelles (PFL/RJ) e Serra (PMDB/SP) foi o anteprojeto da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, elaborado basicamente por uma equipe onde predominavam assessores de Dornelles, como o ex-secretário da Receita, Luiz Acioy Patury, regida por ambos. Foi à votação e mereceu apenas duas alterações: eliminou-se a exigência de revisão de lei de isenção e de benefício fiscal de quatro em quatro anos; e outra, permitindo aos Estados e Distrito Federal instituírem um adicional de 5% sobre o imposto de Renda devido à União.

O projeto reduz a concentração de poderes e recursos oriundos de tributação, hoje nas mãos da União, repassando boa parte para Estados e municípios. E determina expressamente que "não incidirão impostos federais e estaduais em relação a microempresa, definida em lei para esse fim, pela União e pelos Estados, respectivamente". Fica com a União a competência de instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros, exportação de produtos nacionais ou nacionalizados, rendas e proventos de qualquer natureza, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou re-

lativas a títulos ou valores mobiliários. O imposto sobre Produtos Industrializados deverá ser seletivo, em função da essencialidade dos produtos, fixa, ainda, condições para empréstimos compulsórios e tributos extraordinários, para casos de guerra ou calamidade. O compulsório não poderá mais ser utilizado como instrumento de política econômica. Cria-se ainda o imposto sobre vendas a varejo, ou sobre valor agregado e dá maiores condições de defesa do contribuinte frente ao poder estatal.

Sistema Financeiro

A mais polêmica das subcomissões deste grupo foi a do Sistema Financeiro, onde havia forte pressão para estatização e nacionalização dos bancos e instituições financeiras. Tabelamento dos juros e maior controle do Congresso sobre o sistema financeiro e política monetária do governo. Mesmo não tendo conseguido limitar os juros, Fernando Gasparian considerou-se vitorioso por ter extinto as cartas patentes para abertura de novos bancos; acabou com o Conselho Monetário Nacional, que passaria a ter suas funções exercidas por comissão especial do Congresso Nacional; limitado o Banco Central a atuar como autoridade monetária e responsável pela fiscalização do sistema, com sua diretoria aprovada pelo Congresso, que também teria que permitir a demissão fora do mandato estabelecido.

"Acusam-me de estatizante e esquerdista. Mas o que eu quis, com o projeto, foi promover condições para que o País saia do mercantilismo para o verdadeiro capitalismo, sem oligopólios cartorializados, como acontece com os bancos, hoje em dia", afirma Gasparian, que prevê, com uma nova ordem constitucional neste sentido, a criação de pelo menos 500 novos bancos no País.

A União, no entanto, não dará garantia aos depósitos destes bancos ou dos já existentes, que formariam um fundo comum de seguro para garantir depósitos até determinado limite.

O Banco do Brasil passará a ser praticamente único e grande agente financeiro do governo, que terá sua capacidade de endividamento controlada pelo Congresso.

5 Ecologia reúne o que há de mais avançado

O deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) não escondia ontem seu entusiasmo. E tinha razão para festejar. Afinal, foi aprovado praticamente na íntegra o substitutivo ao anteprojeto do deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG) referente à ecologia e meio ambiente, um capítulo completamente novo na Constituição brasileira e em cujo texto o parlamentar paulista colaborou com o conhecimento que tem do assunto. Feldmann é o único cons-

tituinte eleito pelos ecologistas. Por isso mesmo teve que lutar sozinho contra os poderosos lobbies das indústrias química e bélica. Mas teve total apoio do relator da subcomissão de saúde, seguridade social, meio ambiente e ecologia que procurou manter praticamente inalteradas as propostas do constituinte.

"Tenho certeza que este capítulo será um dos mais avançados da nova Constituição e um dos mais modernos do mundo", reconhecia o parlamentar. Ele observou que por ser inédito no Brasil o tema está mais atualizado que em qualquer outro país, pois aborda todos os avanços da área bélica inexistentes há uma década e por isso mesmo ainda não incluídos nas constituições dos outros países.

Foram dois os itens mais polêmicos e que mais trabalho deram a Feldmann e ao relator da subcomissão para manutenção no texto do anteprojeto enviado à comissão de ordem social: o que proíbe a instalação e funcionamento de reatores nucleares (usinas, bombas e míssis) e o que caracteriza como "crime e genocídio", o descumprimento da legislação de preservação ecológica.

Contra o primeiro insurgiram os lobistas das indústrias nuclear e bélica, e contra o segundo o mais feroz adversário foi o deputado Gastone Righi (PTB-SP) que na Constituinte está defendendo os interesses da Rhodia, contrária a qualquer dispositivo que possa reduzir seus lucros. Righi tentou de todas as formas impedir a aprovação do art. 36 do anteprojeto, especialmente seus parágrafos 1º e 2º que qualificam como "genocídio" as "práticas e condutas deletérias ao ambiente, à saúde dos indivíduos e à segurança dos trabalhadores, assim como a omissão e a desídia das autoridades competentes pela sua proteção".

Feldmann também denunciou que por trás da estratégia montada pelos lobistas das indústrias químicas e bélicas (entre os quais incluía Inocêncio de Oliveira, do PFL de Pernambuco) está a construção da terceira usina nuclear, desta vez no Nordeste e provavelmente no Maranhão. Disse o parlamentar que os reduziões potenciais hídricos da região e a desorganização da sociedade civil do Nordeste são os fatores mais propícios e que possibilitariam a construção de uma nova usina nuclear no País, já arquitetada por alguns constituintes descompromissados com a ecologia.

O anteprojeto reserva como patrimônio nacional a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal, a zona costeira e as bacias hidrográficas. E condiciona sua utilização a planos submetidos previamente à aprovação do Congresso Nacional. A este artigo foi acrescentado um parágrafo único: "O poder público criará reservas extrativistas na Amazônia, como propriedade da União, para garantir a sobrevivência das atividades econômicas tradicionais, associadas à preservação do meio ambiente".

Mesmo existindo dispositivo regulando a matéria o artigo 40 permite aos Estados e municípios estabelecer limitações e restrições legais e administrativas à proteção ambiental e defesa dos recursos naturais. Em caso de manifesta necessidade prevê também a convocação das Forças Armadas para atuar na defesa dos recursos naturais, do meio ambiente e da ecologia.

Outro grande avanço no capítulo foi a inclusão do parágrafo único ao artigo 41, que condiciona a exploração dos recursos minerais à preservação ou recomposição do meio ambiente afetado, os quais "dependerão de aprovação do poder público municipal".

No conjunto, Feldmann considerou o anteprojeto "uma grande vitória dos constituintes progressistas sobre os conservadores".

6 Distrito Federal autônomo e criação de oito novos Estados

O relator da Comissão da Organização do Estado, José Richa, recebeu ontem os anteprojetos, com 95 artigos, das subcomissões da União, Distrito Federal e Territórios; dos Estados; e dos Municípios e Regiões, com mudanças básicas no atual texto constitucional. Fundamentalmente, o Distrito Federal ganha sua autonomia, o desenho do Brasil abrigará mais oito Estados e os municípios terão mais autonomia, organizando-se em regiões de interesses econômicos e sociais.

A Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios entregou um anteprojeto com 39 artigos onde dispõe que o Distrito Federal terá eleição para governador vice e Assembléia Distrital pelo voto direto e secreto e que os deputados elaborarão a lei orgânica.

Já a Subcomissão dos Estados preparou um anteprojeto com 29 artigos propondo a criação dos Estados de Tocantins (Goiás), Maranhão do Sul (Maranhão), Triângulo (Minas Gerais), Santa Cruz (Bahia), Juruá (Amazonas), Tapajós (Pará) e a transformação dos territórios de Amapá e Roraima em Estados. Estabelece que o território de Fernando de Noronha fica extinto, sendo o arquipélago reincorporado a Pernambuco. A comissão também sugere mandato de quatro anos para os governadores, com eleição em dois turnos e posse em 1º de janeiro, 46 dias após a eleição.

E a Subcomissão de Municípios e Regiões apresentou, por sua vez, 27 artigos oferecendo mais autonomia aos municípios e sugerindo sua organização em regiões de interesses econômicos e sociais, com conselhos regionais para definir planos e programas.

7 Nos debates da Ordem Social, três anteprojetos "avançados"

Os três anteprojetos encaminhados ontem à Comissão de Ordem Social pelas subcomissões de Minorias e Direitos dos Trabalhadores são considerados avançados em suas propostas à nova Constituição e levarão a debate propostas polêmicas como a estatização dos serviços básicos e essenciais de saúde, mesmo com a ressalva de que será estatizado "só o indispensável", a proibição de propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento, tabaco e bebidas; a isenção do imposto de Renda a todo cidadão com aposentadoria ou pensão menor do que 20 salários mínimos e igualdade salarial para trabalhos iguais.

Na subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, o único constituinte a tentar mudar o quadro do anteprojeto, Max Rosenman (PMDB-PR), teve rejeitadas as 48 emendas apresentadas. O anteprojeto encaminhado à comissão manteve a proibição de diferença de salário para trabalho igual, a aposentadoria com proventos iguais à maior remuneração dos últimos 12 anos de serviço — sendo aos trinta anos para o homem e 25 anos para mulher; a licença especial para os funcionários públicos, com todos os direitos e vantagens iguais do seu cargo, a cada cinco anos de efetivo exercício e o fornecimento de alimentação ao trabalhador custeado pelo empregador.

Na subcomissão de Minorias, o anteprojeto foi mantido quase na íntegra, levantando apenas alguma polémica a reivindicação dos homossexuais — acatada pelo relator, Alcei Guerra (PFL-PR) — da Constituição fixar que ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de orientação sexual, e a questão da exploração dos recursos naturais nas áreas indígenas.